

-----**ATA NÚMERO 43/2018**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM SEIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E
DEZOITO.**-----

-----Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezoito, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Senhores Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Luis Miguel Castro Rosa, Bruno Ferreira Martins, Elias Rodrigues Homem de Gouveia e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Celina Maria Pereira Alveno, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania.-----

---Estiveram também presentes nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva e Sandra Machado.----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por

unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, para prestar a seguinte informação: “Candidataram-se 1.424 estudantes à atribuição de bolsas de estudo universitárias. Dessas 1.424 candidaturas, 1.418 foram efetuadas online, havendo poucas candidaturas na Loja do Município. As bolsas abrangem todos os estudantes dos três primeiros anos de Ensino Superior, sendo que os primeiros anos são o número maioritário de candidaturas. Nesta altura estamos a analisar as candidaturas, sendo de realçar que a maior parte das mesmas foram efetuadas nos últimos dias. Neste momento, temos uma série de processos analisados, uma vez que e à medida que foram entrando, foram sendo analisados, não tendo surgido reclamações. O processo foi rápido e correu muito bem.”-----

-----Continuando, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu: “Queria comunicar que no dia 10, próxima segunda-feira, teremos uma conferência às 15 horas, sobre os direitos humanos, sendo oradores, Manuel Albano, da CIG, Marta Pereira da UMAR e Mara Clemente - especialistas com conhecimentos na área do tráfico humano. Também No dia 30 de novembro tivemos a celebração do Dia Nacional das Cidades Educadoras. Este ano, o mote da comemoração foi promover as parcerias entre os agentes educativos locais, materializando,

através da entreaajuda e da partilha de boas práticas, diversos projetos no âmbito educacional, naquele que é um dos propósitos mais carismáticos das Cidades Educadoras. O ponto alto do dia foi a apresentação e adesão ao Projeto Educativo Local, que a Autarquia está a desenvolver, e para o qual foram convidadas as associações culturais, desportivas, educativas e sociais do concelho. Tomámos esta opção porque era fundamental dar visibilidade e sistematizar toda esta oferta que a cidade, os seus agentes e os seus habitantes todos os dias constroem. O Projeto Educativo Local pretende ser, sob a forma de uma plataforma dinâmica e agregadora, a sistematização desta construção plural e permanente, que todos os dias a cidade oferece. O dia foi assinalado com múltiplas iniciativas que apelaram à participação das várias faixas etárias. A manhã foi reservada aos mais novos, começando com a apresentação da peça de teatro “Vem ser Herói”, do Grupo Aquarela, seguindo-se a atividade “Crianças em Participação”, e na parte da tarde foi hasteada a bandeira das Cidades Educadoras nos Paços do Concelho, realizando-se igualmente a conferência “Do Vale à Montanha: distribuição de água no Funchal”, alertando para a necessidade da poupança daquele bem. O dia terminou com o “Compromisso Político com a Cidade Educadora” e a “Adesão ao Projeto Educativo Local”.-----
----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou quais os passos seguintes após esta fase de apresentação das candidaturas às bolsas de estudo universitárias.-

----- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, respondeu, da seguinte forma: “Temos já cerca de 300 candidaturas analisadas. Consoante as análises são efetuadas, vão passando o processo para o Departamento Financeiro e posteriormente os pagamentos serão efetuados.”-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, fez um convite a todos os presentes para a exposição que irá decorrer no dia doze, quarta-feira, às dezassete horas, no Museu de História Natural, tendo como foco a vida e obra de Günther Maul, que foi taxidermista, investigador e diretor do Museu e o primeiro Doutor Honoris Causa da Universidade.-----

-----Continuando, esta mesma Vereadora, referiu: “A Câmara Municipal do Funchal foi novamente galardoada este ano, pela Associação Bandeira Azul da Europa, devido às suas práticas ambientais de excelência. É a quarta vez consecutiva que a Autarquia recebe a Bandeira Verde ECOXXI, um reconhecimento que é atribuído com base na monitorização de valores relacionados com a educação ambiental e para a sustentabilidade, a qualidade do ar e da água, o ordenamento do território, o ruído, a gestão dos resíduos, a mobilidade sustentável e eficiência energética, a limpeza e os espaços públicos, entre outros, num total de 21 indicadores avaliados, que fazem do Funchal uma cidade exemplar neste campo. O resultado de 2018 (75,7%) é o melhor de sempre da Autarquia, batendo de forma substancial o recorde do ano passado (66,01%), bem como os registos dos anos anteriores,

numa evolução incontornável face ao primeiro galardão. Este reiterado reconhecimento por parte de uma Organização Não Governamental de Ambiente, deixa claro que estamos empenhados em continuar a trabalhar por uma cidade com cada vez mais qualidade de vida para todos os munícipes e para todos aqueles que nos visitam, sendo que distinções como esta fazem eco da aposta feita a nível da sustentabilidade e da qualidade ambiental. Informo também que a Câmara Municipal foi galardoada com a distinção “Município Mais Azul 2016”. O prémio é estabelecido pela Associação Bandeira Azul da Europa e pela Agência Portuguesa do Ambiente. Trata-se de uma distinção que visa incentivar e reconhecer municípios que se destacaram consequência do esforço, empenho e criatividade na realização de atividades de educação ambiental nas praias e marinas, portos de recreio. O Funchal destacou-se com a melhor classificação do País no âmbito da realização de atividades ambientais. Deste modo, os jurados tiveram em conta várias ações entre as quais os “Jogos sobre Rodas - Resíduos Sólidos”, “Conversas com o Nadador Salvador” e “Fauna Costeira do Funchal”, e dezenas de ações realizadas no âmbito do Programa da Bandeira Azul, nos Complexos Balneares do Lido, Ponta Gorda e Praia Formosa durante a época balnear.”---
----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, interpelou: “Em que consiste o “Município Mais Azul”?”-----
-----Respondendo, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, esclareceu: “Trata-se de um prémio relacionado com a

sensibilização ambiental, atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que avalia e atribui a pontuação e que tem em conta a classificação das atividades realizadas, o equilíbrio entre as temáticas que tinham de ser abordadas, o enquadramento com o tema anual, o local escolhido e a preocupação explícita com o público sénior e os portadores de deficiência. Somos galardoados pelo terceiro ano consecutivo, pelas nossas boas práticas na educação ambiental, trabalho que tem sido realizado em conjunto pelo Departamento do Ambiente, Departamento da Educação e Qualidade de Vida e a Frente MarFunchal.”-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, informou que “o Funchal voltou a ser o único Município da Madeira, distinguido pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis e terá a bandeira com palma entregue aos que são contemplados com o prémio por três ou mais anos consecutivos, o que demonstra o reconhecimento pelo apoio que damos às famílias desde o pré-escolar até ao ensino superior.”-----

----- - Fazendo a sua intervenção o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, referiu: “Para além de termos sido também galardoados na área da Proteção Civil, tendo sido considerados uma Cidade Resiliente, e, na área da Democracia Participativa, em que recebemos uma menção honrosa pelas nossas boas práticas de participação, fomos, em novembro, igualmente galardoados na área do Desporto, tendo o Funchal sido distinguido, pela Associação

Portuguesa de Gestão do Desporto, como município amigo do desporto, pelo investimento que tem sido feito nesta área. Através dos apoios financeiros ao desporto, que atribuímos anualmente, e aos quais se somam os apoios logísticos e humanos, procuramos dinamizar o Funchal naquela que é a vertente mais formal da prática desportiva, com um sucesso que está à vista de todos, não só na incrementação da prática desportiva, mas também na capacidade de atrair eventos regionais, nacionais e internacionais, que são uma grande moldura para o nosso município e que trazem muitas pessoas à nossa cidade e à Região. O mote do desporto para todos, é uma das orientações políticas do município a que se junta o investimento que tem sido feito no desporto de formação. Isso tem ficado patente um pouco por todo o concelho, com campos novos nas nossas escolas, nos nossos bairros sociais, mas também nos nossos clubes e associações, que são um parceiro muito importante para consubstanciar a nossa visão para uma cidade ativa, educadora e inclusiva.”-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, referindo-se ao voto de protesto apresentado na Assembleia Legislativa da Madeira, relativo à gestão do Mercado dos Lavradores, disse: “Não estou a compreender a Assembleia Legislativa da Madeira. Ora, faz comissões de inquérito ilegais sem competência para tal. Ora, decide discutir áreas da competência municipal, sem conhecimento sobre a matéria. Não sei se agora acham, que o lugar certo para discutir os votos de protesto sobre

áreas da nossa competência é na Assembleia Legislativa, em vez de ser nesta casa. Se os votos de protesto à Câmara passarão a ser apresentados na Assembleia Legislativa, então onde querem que façamos a nossa defesa da honra?! Se calhar, pretendem que esperemos por mais uma comissão de inquérito. O Mercado, felizmente, continua a fazer a sua função. Acho interessante que se virem para o Mercado, alegando descaraterização, mas não levantem questões para situações de descaraterização completa, como é o caso da lota de Câmara de Lobos que será transformada num hotel. Aprovar um voto de protesto alegando descaraterização do Mercado é fazer chacota dos nossos comerciantes.”-----

----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, respondeu: “O voto de protesto pela descaraterização do Mercado foi apresentado ontem pelo deputado Gil Canha e será votado hoje. Não me parece que os comerciantes tenham sido alvo de chacota. Acho que a intenção do deputado Gil Canha foi defender as tradições e costumes do Mercado. A Assembleia Legislativa não tem competência na gestão do Mercado, mas tem competência na defesa do interesse do património edificado urbanístico.”-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, por sua vez, acrescentou: “Admira-me que a Senhora Vereadora Rubina, fale em tradições e costumes do nosso Mercado, quando foi sua a responsabilidade por autorizar a venda de marroquinaria dentro do mesmo.”-----

----- - Respondendo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, disse: “Senhor Vice-Presidente tenho muito orgulho em ter tirado da rua comerciantes que exerciam a sua atividade à chuva e ao vento, sem quaisquer condições e ter-lhes dado essas condições de trabalho num espaço que foi adaptado para tal, no nosso Mercado. No entanto, quando tomei essa decisão já se efetuava dentro do Mercado esse tipo de comércio e não se retirou qualquer dignidade aquele espaço com essa opção.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, questionou qual o ponto da situação da movimentação dos comerciantes com a situação das obras no Mercado.-----

----- - O Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondeu: “No que se refere às alterações a efetuar na Praça do Peixe já todos os comerciantes concordaram, e os comerciantes das marroquinarias, praticamente quase todos aceitaram a alteração de local. Estamos a aguardar a resolução de dois contratos, para que haja uma recolocação e as alterações são feitas com o acordo dos comerciantes. A única situação que falta resolver é uma relativa à Cooperativa Agrícola que está no Mercado há muitos anos, sem qualquer contrapartida para o Município.”-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, perguntou para quando o início das obras.-----

-----O Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, esclareceu: “Há uma linha de candidatura de apoios comunitários. Surgiu essa oportunidade e estamos a estudar essa possibilidade.

Até ao fim do ano já teremos uma expectativa dos apoios que poderemos receber e então aí poderemos ter uma data para início das obras e havendo a possibilidade de financiamento comunitário, estamos a analisar essa probabilidade.”-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, questionou: “Este Executivo tem a intenção de renovar os contratos com os comerciantes de marroquinaria no Mercado dos Lavradores, depois dos contratos cessarem? Pretendem manter a possibilidade da venda de marroquinaria continuar a ser efetuada naquele Mercado após findarem os contratos?”-----

----- - Em relação a estas questões, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, respondeu: “Há contratos com 20 anos, e os mesmos são para se cumprir. Está a falar de contratos em que faltam pelo menos cerca de 10 anos para terminarem e não será este Executivo a tomar essa decisão. Relativamente à Cooperativa Agrícola, todo o processo conducente à ocupação por esta está a ser analisado juridicamente e estamos a tomar as diligências necessárias para recuperar as rendas devidas à Autarquia.”-----

----- - Tomando a palavra, O Senhor Presidente fez a seguinte explanação: “O Funchal já tem disponível um novo percurso da geodiversidade, entre a promenade marítima do Lido e os Socorridos, com uma extensão de cinco quilómetros. Trata-se de um roteiro que vai contribuir para divulgar o património geológico, histórico e cultural da nossa cidade, aliando-se à promoção da

atividade física e ao bem-estar. Este percurso integra a Estratégia Municipal para o Turismo 2018-2019, e visa, continuar a qualificar e diferenciar o destino Funchal, dando resposta a um turista cada vez mais informado e exigente. O percurso entre o Lido e os Socorridos possui 24 paragens sinalizadas que contém informação sobre factos científicos, históricos e culturais locais.”-----

---Nesta altura, o Senhor Presidente entregou aos Senhores Vereadores um roteiro com o novo percurso da geodiversidade, informando que o mesmo também se encontrava disponível na página da Autarquia “Visit Funchal”.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, fez a seguinte intervenção: “Múltiplas vezes alertámos para o erro do encerramento de uma via na Rua João de Deus e para o impacto que teria no trânsito e na mobilidade da cidade, tendo sido respondido, pelo Senhor Vereador Bruno Martins, que a decisão de encerrar uma via na Rua João de Deus era assente em estudos. Pois bem. Gostaríamos de saber se a decisão de abertura da via foi assente em novos estudos?”-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente respondeu: “Senhora Vereadora deixe-me que lhe diga que considero que o trabalho que o Senhor Vereador Bruno Martins tem realizado, na área da mobilidade, é um trabalho árduo, que a meu ver nunca tinha sido feito. O encerramento da Rua da Ribeira de João Gomes, no troço de ligação à Via Rápida, entre o entroncamento com a Rua Dom Ernesto Sena de Oliveira e o

entroncamento com a Estrada Luso Brasileira, junto ao Túnel Pestana Júnior, na sequência de obras do Governo Regional, originou um aumento do tráfego na Rua João de Deus e por isso decidiu-se reverter a decisão de encerramento de uma das vias da Rua João de Deus. Reconhecemos que houve um aumento do tráfego e voltámos atrás na nossa decisão sem qualquer dramatismo.”-----

----- - Por sua vez, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentou: “Sempre referi que estávamos a aferir o que se estava a passar ali e que a nossa decisão não era imutável.”-----

-----Continuando na sua intervenção, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, acrescentou: “Desde o primeiro momento nos manifestámos contra o encerramento daquela via. Só pergunto se houve algum estudo a validar o vosso recuo na decisão de encerramento de uma das vias da Rua João de Deus porque, perante as nossas reticências, vocês sempre argumentaram alegando que tinham estudos que defendiam a vossa decisão. Claro está que não estamos contra a abertura da via, até porque sempre defendemos que ela nunca deveria ter sido encerrada.”-----

-----O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, fez o seguinte desabafo: “Houve, infelizmente, um alarme social sem necessidade.”-----

-----A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, respondeu: “Senhor Vereador, nós não somos contra porque vocês decidiram

assim ou de outra forma. Nós eramos contra, porque queremos o melhor para a nossa cidade e o encerramento daquela via não era a melhor decisão.”-----

----- - O Senhor Presidente intervindo, acrescentou que “a mobilidade é das áreas mais sensíveis, daí a importância do PAMUS. Isso é a estratégia. Mas a gestão tem que estar numa avaliação constante. Vamos continuar sempre a monitorizar, pois o principal fator na mobilidade é a monitorização.”-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, retorquiu: “Senhor Presidente, eu concordo com isso. Mas ainda há pouco, o Senhor Vice-Presidente acusou-me de uma tomada de decisão. Ora, cada situação é analisada, tendo em conta os contextos. Nós sempre considerámos que o encerramento daquela via na Rua João de Deus não era adequado, e sabíamos que não era adequado porque contactamos com várias pessoas peritas nestes assuntos.”-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, a este propósito, respondeu: “Eu não acusei a Senhora Vereadora de nada. Eu limitei-me a apontar uma opção tomada pela Senhora Vereadora, que a meu ver, se enquadra na mesma descaraterização do Mercado dos Lavradores, que foi apontada agora pela Assembleia Legislativa da Madeira. Sabendo que não estamos a proceder a nenhuma descaraterização do Mercado, como fomos acusados na Assembleia, porque é que a Senhora Vereadora não defendeu a Câmara Municipal, que também é sua, na Assembleia

Legislativa?!”-----

-----Respondendo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu: “Eu não estou na Assembleia Legislativa da Madeira na qualidade de Vereadora da Câmara Municipal. Mas se querem que defendamos a Autarquia então que nos apresentem os elementos e os documentos que solicitamos e que nunca nos são apresentados, como por exemplo, o projeto da Imperatriz Dona Amélia.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, opinou que, antes da tomada de decisão do encerramento da via, a Câmara deveria ter tido em conta a contagem de veículos colocada nos semáforos. -----

----- - O Senhor Presidente respondeu que as contagens que foram feitas aconteceram nas principais artérias da cidade e que nunca foi efetuada de forma tão sistemática como atualmente. “Vamos continuar a fazê-lo e a tomar decisões”, sublinhou.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do CDS/PP, Luís Miguel Rosa, questionou: “O encerramento da via na Rua João de Deus foi um erro, que foi reconhecido. Gostaria de saber se agora, vão avançar com a segunda fase das obras na Rua João de Deus. Mantêm o calendário?”-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, respondeu que o calendário daquelas obras teria em conta o calendário escolar.-----

----- - O Senhor Presidente, a este propósito, declarou: “Com a Rua Pestana Júnior encerrada, se encerrarmos a Rua João de

Deus para obras, o problema do tráfego poderá intensificar-se. Iremos analisar a situação.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Elias Gouveia, do PSD, questionou a situação da contratação do Plano de Pormenor.-

----- - Respondendo, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, esclareceu que o Plano de Pormenor ainda não estava contratualizado mas que a tramitação normal do processo encontrava-se a decorrer.-----

----- - Intervindo, de novo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou: “Existe alguma razão para se manter uma vedação no Largo da Fonte, no Monte? As guias turísticas alertaram para o impacto perante os turistas ao visualizar aquela vedação, deixando transparecer a existência ainda de algum perigo naquela zona.”-----

----- - Em relação a esta questão, o Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondeu: “Agradeço à Senhora Vereadora pela excelente questão que está a colocar, uma vez que me permite responder às vossas acusações que foram feitas referentes a alegadas violações de propriedade privada, por mim. Nos dias anteriores à Assembleia Municipal de setembro, estiveram no terreno uma dezena de especialistas. Até “brindaram” os especialistas escolhidos pelo Senhor Engenheiro João Batista com designações que não irei reproduzir. Na sequência dos trabalhos efetuados, sinalizou-se uma situação no ribeiro da Fonte. Ou seja, enquanto os técnicos recolhiam informações e faziam simulações, a

fim de verificar o estado do local, foi detetada uma situação no referido ribeiro da Fonte. Perante isso, contactaram-me, por volta das 22 horas, uma vez que tenho o pelouro da Proteção Civil, dando conta que havia uma fragilidade no local. No dia seguinte dirigi-me ao local com uma equipa e colocámos as barreiras. Oficiámos à Secretaria Regional das Infraestruturas e Equipamentos, no dia 20 de setembro, até porque tinham estado engenheiros desta Secretaria no local e não tendo obtido resposta, voltámos a oficiar a Secretaria no dia 6 de novembro. Na sequência do segundo ofício que enviámos, a Secretaria respondeu-nos no dia 20 de novembro, informando que estaria a fazer um estudo em toda aquela zona. Ou seja, existe uma fragilidade no ribeiro da Fonte. A fragilidade é apenas na zona do ribeiro mas condiciona toda a zona. Daí termos colocado barreiras.”-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, por sua vez, acrescentou: “A Secretaria Regional das Infraestruturas e Equipamentos tem uma obra a decorrer que prevê canalizar o ribeiro. Inclusive trata-se de uma obra que já tinha o seu início previsto para julho de 2017. O Governo Regional estava conhecedor de todos os problemas ali existentes. É um ribeiro antigo, construído com pedras colocadas em cunha e algumas delas já tinham colapsado, colocando em risco o solo. O Governo terá as suas razões para ter recuado e a obra não se executou. No âmbito de uns trabalhos que estávamos a efetuar, identificámos aquele risco. Em sede da troca de ofícios que

efetuamos com a Secretaria sabemos que a Hidráulica está a fazer um projeto para aquele local, prevendo-se que haja uma intervenção para a canalização do ribeiro que passa ali por baixo.”-

----- - O Senhor Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, concluiu: “Estamos a ponderar a possibilidade de substituir as barreiras por vasos de flores, de forma a impedir a passagem das pessoas para aquela zona, mas minimizando o impacto visual que as barreiras possuem.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, perguntou quem iria intervir no local, nomeadamente a Câmara ou o Governo.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente Miguel Gouveia, da Confiança, respondeu que seria o Governo por tratar-se de uma intervenção no ribeiro e não no Largo da Fonte propriamente.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereador Joana Silva, do PSD, lamentou haver défice democrático na Câmara Municipal e fazendo referência à decisão de encerramento da via na Rua João de Deus, disse: “A culpa das más decisões que se tomam na cidade, não pode ser sempre colocada em terceiros. Tenho muito respeito por si, Senhor Vereador Bruno, mas não posso concordar com a insinuação que fez sobre a ambulância que passou na Rua João de Deus, em hora de elevado tráfego e que ficou com dificuldades de circulação.”-----

----- - Sobre este assunto, o Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, respondeu: “Senhora Vereadora, não fiz nenhuma

insinuação, apenas estranhei que a mesma ambulância, em três dias diferentes, circulasse à mesma hora, no mesmo local. Trata-se de uma estranha coincidência.”-----

----- - O Senhor Presidente interveio: “Senhora Vereadora para que não haja dúvidas, a responsabilidade é minha.”-----

-----Tomando novamente a palavra, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, alertou para a necessidade da recolha do lixo, na Travessa da Igreja, em Santo António, ao lado da Casa do Povo daquela Freguesia, visto já terem recebido inúmeras reclamações sobre esta anomalia.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, respondeu que a recolha de lixo naquela zona era realizada às segundas e quintas-feiras.-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, perguntou se a situação no cruzamento da Levada do Cavalo seria ou não provisória.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Martins, da Confiança, respondeu que seria a opção mais fácil e menos onerosa, tendo em conta que era um cruzamento onde aconteciam muitos acidentes e que seria a solução encontrada de momento.-----

----- - Por sua vez, o Senhor Presidente acrescentou que era uma situação que estaria ainda em avaliação.-----

----- - O Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, intervindo, referiu: “Relativamente à rotunda do Pilar, os sinais de trânsito ali existentes, são da responsabilidade da Via Litoral ou da

Câmara Municipal? É que tendo em conta o número de acidentes que no local acontecem, devem ser os sinais de trânsito mais substituídos desta cidade.”-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Uma empresa tem algumas obrigações pecuniárias para com os seus funcionários. No caso de uma empresa pública, como é o caso de uma empresa municipal autárquica ainda mais, porque deve ser um exemplo. E mais do que os deveres legais, há questões de prática comum, de bom senso e da própria expectativa dos seus funcionários. Qual a razão objetiva no atraso do pagamento do subsídio de Natal aos colaboradores da Empresa Frente MarFunchal? Ainda mais quando, este ano, aquela Empresa viu os seus valores anuais reforçados em cerca de 500 mil euros.”-----

----- - A este propósito, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, esclareceu: “O subsídio de Natal já foi pago cumprindo-se com todos os prazos legais. Por uma opção da gestão optou-se por pagar o ordenado num dia e o subsídio de Natal noutra, mas já foi tudo pago.”-----

----- - O Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, interpelou: “Mas quem paga os ordenados e subsídios aos colaboradores da Frente MarFunchal? A Câmara Municipal ou a referida Empresa?”-----

----- - O Senhor Presidente respondeu que o pagamento era efetuado pela Empresa Frente MarFunchal.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, questionou: “Como está a desenrolar-se o processo dos apoios às creches particulares? Tem havido inscrições ou pedidos?”-----

----- - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, respondeu: “Tem havido novos pedidos, sendo que os anteriores terão que ser reavaliados à luz do novo regulamento. Posteriormente posso facultar esses dados, em virtude de não os ter aqui de momento.”-----

----- - Intervindo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, fez a seguinte intervenção: “Gostaria de relembrar aos Senhores Vereadores do PSD o nosso pedido do estudo sobre a realidade cultural, económica e social do Funchal que a Vice-Presidência encomendou, até ao dia 31 de dezembro. Estudo/Inquérito feito pela Aximage, uma empresa de sondagens do Expresso. Tendo em conta que os Senhores Vereadores do PSD têm contactos privilegiados no Governo para adquirir informação e documentação, deixo-vos esse repto.”-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, replicou: “Não estou a perceber o Senhor Vice-Presidente. Nós não trabalhamos no Governo. Se o Senhor Vice-Presidente quer esse estudo, então que o solicite, mas faça-o por escrito e junto da entidade competente. Quer fazer pedidos, faça-os ao Governo e não a nós porque não somos “pombos correio.”-----

-----Continuando, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da

Confiança, retorquiou: “Senhora Vereadora não deixar falar ou falar por cima, interrompendo, é também considerado défice democrático.”-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu: “Relativamente ao POSEUR, limitámo-nos a enviar um mail a pedir informações. Nós, enquanto Vereadores do PSD, não vamos questionar o Governo Regional sobre assuntos que não têm interesse para este Município. É abusivo fazer-nos esse pedido quando há dezenas de pedidos que nós efetuamos aqui e que não são respondidos, da vossa parte.”----

-----O Senhor Vice-Presidente Miguel Gouveia, da Confiança, afirmou: “Só estou a defender o interesse da cidade do Funchal.”---

----- - A Senhora Vereadora Joana Silva, do PSD, acrescentou: “Se o Senhor Vice-Presidente está tão interessado em estudos e inquéritos sobre o modo de vida dos munícipes, na qualidade de técnica do SESARAM, terei todo o gosto em disponibilizar-lhe um estudo sobre os hábitos alimentantes dos madeirenses.”-----

-----Respondendo, o Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, disse: “Que fique registado o meu agradecimento público.”-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, acrescentou: “A Senhora Vereadora refere constantemente não ter acesso aos dados que nos solicita, mas isso não corresponde à verdade. A CADA já vos informou que nós não somos obrigados a produzir informação especial, para

responder aos vossos pedidos. Não somos obrigados a fazer pesquisa e criar documentos, para responder às vossas solicitações de dados. Os Senhores Vereadores têm acesso a toda a informação disponível, e para tal, basta deslocarem-se aos serviços e consultarem essa documentação. Nós não vamos criar documentação só para responder aos vossos pedidos, até porque isso sobrecarrega os nossos serviços.”-----

-----Tomando, novamente, a palavra, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, frisou: “Pois não era isso que acontecia nesta “casa”, quando era eu a Vereadora com o pelouro.”-----

-----Ao finalizar, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, apresentou uma proposta de deliberação para agendamento, sobre “Apoio ao Comércio Local”.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 - OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Requalificação da Envolvente da Rua Imperatriz D. Amélia” – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato (Concurso Público 59/DIE/DOMC/2018):** -

Submetida pelo Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, foi presente a proposta de deliberação que se transcreve:-----

---“Ao abrigo da deliberação de 22 de novembro de 2018 foi notificado o adjudicatário nos termos do artigo 86, nº 1, al. a) e nº 2 do artigo 86, do Código dos Contratos Públicos (CCP) para no

prazo de 3 dias úteis, vir se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a não entrega de todos os documentos de habilitação a saber: - A declaração do artigo 81º, al. a), do Código dos Contratos Públicos; - O Modelo 22; - A declaração do modelo 10; - O anexo Q da IES;- O anexo R do IVA. - Os certificados de registo criminal da empresa e dos gerentes; - As certidões das finanças e da Segurança Social; - A indicação do diretor técnico pela empresa e a própria declaração do diretor técnico. Decorrido o período de audiência, que teve seu termo em 27 de novembro de 2018, nada foi dito pelo adjudicatário, em relação aos documentos de adjudicação, nem tão pouco foi entregue a caução. Face ao exposto a Câmara delibera: a) Declarar caducada a deliberação de 31 de outubro de 2018, que adjudicou a proposta da “Infinity III Construções, Lda.,” nos termos do artigo 86, nº 1, al. a), do CCP; b) Adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente no relatório preliminar e final, a proposta da Afavias, Engenharia e Construções, S.A., no valor de 696.839,01, acrescido do IVA, e pelo prazo de 135 dias, ao abrigo do artigo 86, nº 4, do CCP; c) Comunicar ao IMPIC-Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, I.P., a não entrega dos documentos e caducidade da adjudicação, para os efeitos dos artigos 454-A e 456 al. b), do CCP; d) Aprovar a minuta do contrato”.-----
--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, retorquiou: “Uma vez mais colocam à votação a adjudicação de uma obra, em que não temos acesso à consulta da documentação.”-----

--- - O Senhor Vice-Presidente, Miguel Gouveia, da Confiança, respondeu: “No momento da abertura do concurso, o projeto esteve presente nesta sala. Se quiser consultar o projeto agora, está nos nossos serviços. Os projetos e os cadernos de encargos são públicos, por isso poderão deslocar-se aos serviços e consultar.”----

--- - Posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

2 – URBANISMO:-----

2.1 - Benefícios Fiscais/Área de Reabilitação Urbana

(ARU): - Em face do requerimento de Rui António de Quintas Pestana e Maria Helena Sousa Quintas Pestana (proc.º 2260/2018, sub-proc.º 2017000313), solicitando a atribuição de benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU), decorrentes da execução da obra de reabilitação do prédio situado à Rua dos Tanoeiros, números oitenta e cinco e oitenta e sete, freguesia da Sé, a Câmara deliberou deferir, por unanimidade, com base e nos termos da informação da Divisão Jurídica (refª 285-DJF/DJ/2018).-----

3 – PESSOAL:-----

3.1 - Processo de Inquérito: - Em face do processo de inquérito (nº 12/2018), instaurado à funcionária (número 10435), Assistente Operacional, a exercer funções no Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa – Divisão de Atendimento e Administração, por denúncia de agressão, a Câmara, por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, converter o processo de inquérito em processo

disciplinar nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

-----**3.2 - Processos Disciplinares**: - Em face do processo disciplinar (nº 12/2018), instaurado ao funcionário (número 9589), Assistente Técnico, a exercer funções no Departamento de Educação e Qualidade de Vida – Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo, por falta de correção, a Câmara, por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade, aplicar a sanção de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - Perante o processo disciplinar (nº 17/2018), instaurado ao funcionário (número 4513), Assistente Operacional, a exercer funções no Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Águas e Saneamento Básico, por falta de zelo, a Câmara, por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade, aplicar a sanção de trinta (30) dias de suspensão, suspensa por dois anos.-----

----- - Em presença do processo disciplinar (nº 18/2018), instaurado ao funcionário (número 346), Assistente Operacional, a exercer funções no Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Águas e Saneamento Básico, por falta de zelo, a Câmara, por escrutínio secreto, deliberou, por unanimidade, aplicar a sanção de quarenta (40) dias de suspensão, suspensa por dois anos.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e dez

minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu,
Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, na
qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 637/2018, publicada nos locais de estilo.